

# POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO NO ROMANCE A BAGACEIRA: O SISTEMA-MUNDO DO CAPITALISMO E A MODERNIDADE COLONIAL

[EXPLOITATION POLICIES IN THE NOVEL *A BAGACEIRA*:  
THE WORLD SYSTEM OF CAPITALISM AND COLONIAL MODERNITY]

MOISÉS CARLOS DE AMORIM<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5608-9126>

Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil

**Resumo:** A obra *A bagaceira* de José Américo de Almeida, publicada em 1928, tornou-se um marco na literatura brasileira, por levantar a problemática do engenho, bem como as relações de poder construídas neste ambiente rural, influenciando a geração de escritores nordestinos na década de 30. Esteticamente considerada neorrealista-naturalista, a obra reflete sobre a sociedade patriarcal nordestina, representada pelo senhor de engenho, que define o controle do trabalho, do sexo, da autoridade, da subjetividade, do gênero etc., no interior do sistema mundial do capitalismo moderno (MIGNOLO, 2003). A partir da crítica decolonial, embasada por Aníbal Quijano, Walter Mignolo entre outros, pretende-se analisar a política do sistema-mundo da modernidade configurada naquele contexto agrário, em que a massa de brejeiros e retirantes protagoniza o trabalho subserviente e escravista, para sobreviver em meio a miséria, a exploração e a pobreza.

**Palavras-chave:** *A bagaceira*; Sistema-Mundo; Modernidade Colonial; Colonialidade do Poder

**Abstract:** The work *A bagaceira* by José Américo de Almeida, published in 1928, became a landmark in Brazilian literature, as it raised the issue of the mill, as well as the power relations built in this rural environment, influencing the generation of Northeastern writers in the 1930s. Esthetically considered neorealist-naturalist, the work reflects on the Northeastern patriarchal society, represented by the plantation owner, who defines the control of work, sex, authority, subjectivity, gender, etc., within the world system of modern capitalism (MIGNOLO, 2003). From the decolonial critique, based on Aníbal Quijano, Walter Mignolo, among others, it is intended to analyze the politics of the world-system of modernity configured in that agrarian context, in which the mass of *brejeiros* and migrants star the subservient and slave labor, to survive surrounded by misery, exploitation and poverty.

**Keywords:** *A bagaceira*; World-System; Colonial Modernity; Coloniality of Power

## Introdução

O romance *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, escrito em 1928, inaugura um novo momento na literatura brasileira, e estabelece um trabalho estético/analítico que funda a concepção de romance regionalista na década de 30. Ao escrever sobre a dura realidade vivida pelos trabalhadores rurais no engenho Marzagão, José Américo alcança notabilidade por construir um romance que renova a tradição do realismo-naturalismo no Brasil. Como ele mesmo declara no início da narrativa: “Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a que tem a aparência de mentira” (ALMEIDA, 2004, p. 3).

E a verdade que o leitor encontra nessas páginas é a exploração da força de trabalho, a virulência da miséria na vida sertaneja, a inferioridade humana frente a maximização do lucro e a animalização dos indivíduos. Estes aspectos ressaltam a configuração de um sistema-mundo<sup>1</sup> colonial moderno, segundo Walter Mignolo (2003), fundado nas relações assimétricas de poder, que ocorre no engenho, cronotopo do romance *A bagaceira*, para o qual a legião de famintos se dirige em busca de melhores condições de vida. Além disso, os sertanejos, bem como os brejeiros estão na margem do capitalismo, de maneira que se tornaram objetos descartáveis para o negócio do senhor local.

Desta maneira, a modernidade colonial estrutura aquela realidade agrária, onde o controle do trabalho e dos seus recursos, do sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie, da subjetividade e dos seus produtos, da autoridade, seus recursos e seus produtos<sup>2</sup> (QUIJANO, 2009) convoca uma série de reflexões em torno da permanência da colonialidade; esta, por sua vez, promove a hierarquização dos papéis na cadeia de produção do capitalismo e se alimenta da exploração trabalhista, bem como da miséria

---

<sup>1</sup> Na visão de Immanuel Wallerstein, o sistema mundo se tornou um conceito abrangente que denomina a criação do mundo (cultural, econômico, político) em centro e periferia, cuja herança remonta ao século XIX, na constituição dos países latino-americanos e da consolidação da Europa como potência transatlântica: “Da América Latina, sem dúvida a mais influente das tentativas de mostrar de novo a mundialidade do capitalismo, foi a proposta de Raul Prebisch, e dos seus associados, de pensar o capitalismo como um sistema mundial diferenciado em *centro e periferia*” (QUIJANO, 2009, p. 76).

<sup>2</sup> Aníbal Quijano problematiza a questão do poder difundida pelo sistema-mundo colonial moderno, argumentando a necessidade de promover uma reflexão crítica sobre as “malhas de exploração/conflito” ao “[...] sair da teoria eurocêntrica das classes sociais e avançar para uma teoria histórica de classificação social” (QUIJANO, 2009, p. 100).

que assolou milhares de famílias sertanejas no êxodo de 1898, marco temporal em que se passa a narrativa de José Américo de Almeida.

A seguir, analisaremos os principais aspectos da obra e a permanência da colonialidade do poder sob a ótica da crítica decolonial.

### **O sistema-mundo da política colonial no romance *A bagaceira*: miséria, patriarcalismo e exploração**

Entre os romances mais importantes do século XX, na literatura brasileira, a obra *A bagaceira* de José Américo de Almeida, aqui tratada, possui inúmeros estudos relevantes de grandes intelectuais surgidos no país, que se debruçaram a entender não somente a estrutura formal da narrativa, mas também os possíveis sentidos e o caráter de denúncia explícito na abordagem dos temas essenciais. Entre os principais estudiosos destacam-se Lúcia Miguel Pereira, Manuel Cavalcanti Proença, Elisabeth Marinheiro, Ângela Maria Bezerra de Castro, entre outros, para citar alguns nomes que desenvolveram eminentes reflexões ou análises em torno desta obra cânone do romance brasileiro.

Não tenho a pretensão de equiparar esta análise aqui desenvolvida com o trabalho sistematizado dos críticos literários citados acima. Pretendo somente abordar a narrativa de José Américo de Almeida sob a perspectiva decolonial, elaborando reflexões que demonstrem haver na realidade nordestina dos engenhos um esquema político de colonialidade, no qual sobrevive as formas absurdas de exploração.

O que de fato irrompe na ação narrativa é uma estrutura de governança consolidada pelo capitalismo, isto é, pelo sistema-mundo colonial do capitalismo moderno<sup>3</sup>, em que o novo padrão de poder define os papéis tanto dos mandatários quanto dos subalternos. A formação da América, no período colonial, estabelece a constituição do sistema-mundo,

---

<sup>3</sup> Rogério Haesbaert da Costa e Carlos Walter Porto-Gonçalves tratam também sobre a constituição do sistema-mundo moderno colonial com o surgimento dos estados territoriais modernos e nacionais: “[...] a geografia política atual se constituiu mediante um duplo movimento articulado: um, no *front* interno, com os Estados territoriais modernos formando-se a partir do controle sobre os camponeses, da propriedade privada absoluta e incondicional e da soberania absoluta do monarca. E, no *front* externo, mediante a conquista colonial, com a reinvenção moderna da escravidão para fins mercantis na América, com o deslocamento forçado de negros e negras da África, com a servidão, depois da quase dizimação indígena na América; enfim, com a invenção, pela modernidade, da colonialidade. Eis, aqui, uma questão central constitutiva da ordem (contraditória) mundial ensejada desde o Renascimento e o Colonialismo: estamos, desde 1453-92, diante não só da constituição de um sistema-mundo, mas, também, de um sistema-mundo que é *moderno-colonial*” (COSTA, 2006, p. 18).

cujo projeto é de matriz eurocêntrica, civilizatória (com todas as aspas) e totalizante: “[...] com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje” (QUIJANO, 2009, p. 73-74).

É, nesse sentido, também que se afirma a política exploratória sobre povos e indivíduos que estão na margem do capitalismo moderno. Em *A bagaceira* isso acontece de forma clara, pois a multidão de famintos que surge na cena inicial vem de todas as partes da Paraíba ao engenho Marzagão, propriedade de Dagoberto Marçau; esse foco narrativo logo evidencia a disparidade (econômica/social/política) entre o grupo de sertanejos e o senhor de Engenho.

Inicialmente, portanto, o narrador em 3ª pessoa coloca a sua lente sobre dois espaços peculiares na narrativa: o primeiro é a casa-grande, onde estão as figuras de Dagoberto Marçau e de seu filho Lúcio; o segundo espaço é a estrada, onde estão perfilados os sertanejos anônimos e andrajosos, todos miseráveis, infelizes, esquecidos por Deus:

Findo o almoço – podiam ser 9 horas – Dagoberto Marçau correu à janela, que é uma forma de fugir de casa, sem sair fora de portas, como se o movesse uma grande curiosidade. Mas, debruçado, apoiou o queixo na mão soerguida e entrefechou os olhos, num alheamento de enfado ou displicência.

Vivia ele, desse jeito, entre trabalhadoras e ócios, como o homem máquina destas terras que ou se agita resistentemente ou, quando pára, pára mesmo, como um motor parado.

Como que cobrara medo ao vazio interior. Não há deserto maior que uma casa deserta. [...] A presença do filho recém-chegado, em férias, não lhe modificava essa impressão. Em vez de confortar-lhe o abandono, agravava-o, mais e mais, como uma sombra intrusa.

Lúcio voltou da cachoeira com a toalha enrolada na cabeça, como um turbante. [...]

A casa-grande, situada numa colina, sobranceava o caminho apertado, no trecho fronteiro, entre o cercado e o açude.

Num repentino desenfado, Dagoberto estirou o olhar, por cima das mangueiras meãs enfileiradas ladeira abaixo, para a estrada revolta.

Parecia a poeira levantada, a sujeira do chão num pé-de-vento.

Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos – esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres.

Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas.

Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar.

Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados.

Fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo.

(ALMEIDA, 2004, p. 5-8)

Tais espaços configuram dois planos (ao mesmo tempo duas classes no sentido colonial moderno) onde a riqueza e a miséria prosperam lado a lado, cada qual a sua maneira: a imagem dos retirantes, no plano inferior, causa pena e sofrimento, pois a tinteira realista desnuda qualquer esperança em um ser metafísico que se compadeça por eles: “Mais mortos do que vivos. Vivos, vivíssimos só no olhar. Pupilas do sol da seca. [...] Fariscavam o cheiro enjoativo do melado que lhes exacerbava os estômagos jejunos. E, em vez de comerem, eram comidos pela própria fome numa autofagia erosiva” (ALMEIDA, 2004, p. 8).

O valor social tanto dos mandatários quanto dos marginalizados não apenas reflete o mundo agrário nordestino, sob a jurisdição do coronelato, mas também questiona a permanência da injustiça social, a subordinação ao trabalho “escravo”, o valor dos seres humanos, pois, através do olhar privilegiado de Dagoberto Marçau, senhor do engenho Marzagão, o leitor enxerga o ímpeto do lucro graças a exploração dos miseráveis: “Dagoberto olhava por olhar, indiferente a essa tragédia viva. A seca representava a valorização da safra. Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Poder-se-ia questionar se essa realidade se define como feudal, pré-capitalista ou capitalista, se a distribuição da riqueza ou as relações de trabalho equiparam-se ao conceito de capitalismo tanto do século XIX quanto do século XX, por exemplo. Em verdade, para a análise aqui considerada, o *modus operandi* é basicamente capitalista, pois compreende-se a racionalidade do lucro, a desvalorização do trabalho, e, conseqüentemente, do trabalhador, bem como a naturalização da pobreza e da fome. Em certa altura, o feitor (extensão inferiorizada de Dagoberto) exclama: “– Paga-se pouco mais ou nada...” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Isso não corresponde a uma quantia necessária ou mínima para viver. A permanência das relações coloniais (como o controle do trabalho e seus recursos) é o reflexo mais visível do romance *A bagaceira*. Na concepção de Aníbal Quijano, desde a chegada dos Europeus na América, houve relações servis (entre brancos e indígenas) e escravistas (entre brancos e negros) não remuneradas. Segundo o sociólogo peruano,

[...] no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a

reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Essa mesma lógica conforma a sociedade rural de Marzagão onde homens e mulheres não passam de cifras e instrumentos para enriquecer o senhor do engenho. Como no período colonial, o trabalho se caracteriza pela semiescravidão ou pela servidão ao poderoso local, que oferece pagamentos ínfimos aos trabalhadores rurais. Desta maneira, eles são explorados e possuem relações novas no interior do sistema mundial do capitalismo moderno.

A problemática da subjetividade também fundamenta o princípio das relações no engenho, de maneira que os retirantes são vistos como animais, os quais são inferiorizados ou rebaixados à condição de brutos. Por mais que Lúcio se compadeça ou introduza o caráter humano da solidariedade na conversa com Valentim Pedreira, o que condiciona o funcionamento do engenho é a animalização dos trabalhadores, tratados assim pelo feitor e, também, pelo patrão: “– Seu Bondó... isto é pra cavalo! – Não tem nada não, moço: a gente vai pra debaixo do pé-de-pau e o animal fica aqui” (ALMEIDA, 2004, p. 12).

Na voz de Lúcio, o espanto e a surpresa parecem indicar um desconhecimento da vida sertaneja. Nesse sentido, a ideologia senhoril falseia o mundo exterior, estratificado pela concentração de renda: tanto que o jovem personagem começa a entender, de fato, a história de Soledade, Valentim e de outros personagens (brejeiros e retirantes) paulatinamente, durante a narrativa. A posição de Lúcio reforça que a sua experiência, como filho de Dagoberto e futuro senhor de engenho, consolida os papéis de mando e hereditariedade do poder colonial.

É importante, para a compreensão da análise literária, que não se classifique a obra de José Américo como romance da seca, pois Ângela Bezerra de Castro em seu livro “Releitura de *A bagaceira*: uma aprendizagem de desaprender” demonstra comprovadamente que “[...] *A Bagaceira* [...], sem dúvida nenhuma, [é] o romance da exaltação do brejo” (CASTRO, 2010, p. 57). Há um valor antitético entre o sertão e o brejo que, segundo a autora, contraria a ideia de Manuel Cavalcanti Proença ao definir a narrativa pelo viés estereotipado da seca. Desse modo, percebe-se a diferença entre ambos: “Era um retirante que levava a mãe inválida escanchada no pescoço. Já tão falto de forças, não tinha outro meio de carregá-la. Acuado pela surriada vexatória, fraqueava.

[...] E ambos, mãe e filho, caindo de borco, beijaram, sem querer, a Terra da Promissão...” (ALMEIDA, 2004, p. 18). A cena do retirante, vindo com sua mãe do sertão para o Brejo, a Terra da Promissão, confirma o valor antitético que o autor de *A bagaceira* promove no seu livro ao tratar do sertão e do brejo.

Portanto, esses dois espaços distintos servem para indicar as diferenciações estruturais que cada qual possui. O espaço da narrativa surge como um local pródigo, cuja abundância natural também é extraída pelo sistema mundo do capitalismo moderno. Segundo a professora e crítica literária Ângela Bezerra de Castro,

Essa exaltação da natureza privilegiada do brejo é termo de dupla antítese em *A bagaceira*. Portanto, precisa ser lida, simultaneamente, em dois níveis. No primeiro, tem-se o confronto BREJO X SERTÃO, com a visível superioridade do primeiro termo. No outro nível, articula-se o contraste NATUREZA X ESTRUTURA SOCIAL. As inesgotáveis potencialidades da natureza e a estrutura social emperrada, em seu anacrônico feudalismo. E, assim, a velha questão da miséria crônica do Nordeste é deslocada do eixo fisiográfico para o social. Da combustão periódica da seca para a mancha secular da coivara. (CASTRO, 2010, p. 59-60)

Tal deslocamento é uma tônica importante na discussão a respeito da exploração agrária, em que comunidades nordestinas (sertanejas ou brejeiras) trabalham de maneira intermitente sob o peso do coronelismo local sem receber um soldo mensal suficiente para as necessidades individuais. Por isso, Ângela de Castro afirma haver uma estrutura anacrônica feudalista em Marzagão. Pode-se afirmar que essa estrutura existe até hoje, em 2021, pois são inúmeras as denúncias que o órgão fiscalizador do governo recebe todo ano sobre o trabalho escravo ou trabalhos em condições análogas à escravidão. Isso é para exemplificar que muito do ficcional subsiste na realidade, mesmo após 1 século do grande êxodo em Paraíba.

A colonialidade do poder fortalece as malhas da estrutura rural nordestina, cujo mando pertence ao senhor do engenho e o servilismo aos pobres coitados dos trabalhadores: “O mesmo jugo do capataz; a mesma disciplina do trabalho servil. Havia alguns tipos sólidos, encorpados, de troncos fornidos – cada animalão que era um milagre de resistência. Outros, de aparência acabadiça, parecia que não podiam com a enxada [...]” (ALMEIDA, 2004, p. 19). Mas tanto os mais fortes quanto os mais acabadiços trabalhavam com veemência e eram parte da engrenagem econômica do engenho: “[...]”

faziam das fraquezas forças e davam conta da tarefa com o mesmo vigor hercúleo” (idem, *ibidem*).

Nesse sentido, o vigor hercúleo do sertanejo era propriedade de submissão para Dagoberto Marçau. E a força de trabalho tinha um preço ínfimo para o *modus operandi* da economia local, deflagrando não valores feudais, mas sim capitalistas: da alienação do indivíduo, da busca desenfreada pelo lucro, da exploração do homem pelo homem, da concentração de terra e de renda naquela sociedade.

A modernidade colonial exhibe o modelo prático da hierarquização social presente na mais longínqua paragem do Brasil, por meio do controle do trabalho e seus recursos, ou da afirmação da autoridade, seus recursos e produtos. Ademais, estabelece a ideologia do capitalismo no centro da política colonial, de maneira que promovem a exclusão, a miséria e a estratificação de grupos sociais.

Por isso, a importância de José Américo, dentre as inúmeras consideradas pela crítica brasileira, reside em contar histórias de grupos subalternizados no interior do capitalismo moderno, denunciando o latifúndio e a permanência do senhorio rural que controla a localidade ao seu bel prazer, com mão de ferro, premeditando a injustiça:

Estas não são apenas contra-histórias ou histórias diferentes; são histórias esquecidas que trazem para o primeiro plano, ao mesmo tempo, uma nova dimensão epistemológica: uma epistemologia da, e a partir da, margem do sistema mundial colonial/moderno, ou, se quiserem, uma epistemologia da diferença colonial que é paralela à epistemologia do mesmo. (MIGNOLO, 2003, p. 83)

Por isso a localização geográfica dessas histórias, fora do eixo centralizado, as quais evidenciam o fracasso da modernidade eurocêntrica como modelo civilizatório, possibilita uma compreensão das malhas históricas do poder e, por sua vez, uma tomada de consciência sobre a sociedade que os povos desejam construir.

Por exemplo, no capítulo *“Uma história que se repete”*, conforme afirma o narrador, “Valentim Pedreira contou uma história que tem sido reproduzida, nos ciclos mortais da seca, por milhares de bocas famintas” (ALMEIDA, 2004, p. 24). Segundo relato, os sertanejos moram em regiões de pouca abundância, onde o sol queima a vegetação e estraçalha os animais de fome. A cada ano, no tempo da seca, a realidade fica muito pior: “Sobreveio a seca de 1898. Só se vendo. Como que o céu se conflagrara e pegara fogo no sertão funesto. Os raios de sol pareciam labaredas soltas ateando a



combustão total. Um painel infernal. Um incêndio estranho que ardia de cima para baixo” (ALMEIDA, 2004, p. 26).

Esse ciclo de fome e miséria persiste no sertão nordestino, como uma tragédia da natureza, na visão do sertanejo. Valentim compreende que um dos maiores problemas da região é a seca, mas seu olhar não enxerga outra grande questão igualmente importante que assola aquele meio rural: a exploração do trabalho (muitas vezes o servilismo ou escravismo) e a concentração de renda nas mãos dos senhores latifundiários.

O sistema-mundo da modernidade colonial escamoteia os fatos e oculta os aparentes problemas a fim de promover a alienação dos indivíduos. É o que acontece com Valentim Pedreira na sua análise sobre a causa da miséria nordestina. Porque ele não está absolutamente certo ao refletir sobre a seca, sem reconhecer, sobretudo, que os maiores dilemas da sua gente são de ordem político-social: como a exploração do trabalho.

Num país de herança escravista como o Brasil, as forças capitalistas do velho poder local, fundadas no mandonismo, na destra autoritária, no apartheid social, governam a massa obreira, articulando as opressões sobre os mais pobres e os subalternizados. Para Quijano,

[...] todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Conseqüentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo. (QUIJANO, 2005, p. 126)

O trabalho no engenho foi documentado pelo narrador, que relata o barulho das máquinas empreendendo a função de moer a cana 24 horas por dia, sem parar, de maneira frequente: “A moagem ia, por assim dizer, de meia-noite a meia-noite. Os eixos frouxos vomitavam o bagaço maior do que a cana engolida e mijavam um fio de caldo no parol...” (ALMEIDA, 2004, p. 57). Para o sistema-mundo, o funcionamento da engrenagem capitalista e sua produção ininterrupta dos recursos e dos seus produtos configura toda a ordem na qual os trabalhadores são inseridos como força de trabalho, como “máquinas” do engenho açucareiro.

Colocam-se, portanto, no moedor não somente os recursos da natureza que se transformam em produtos, mas também a força vital dos trabalhadores, subordinada às

leis da caridade do futuro patrão Lúcio, cujo interesse maior era impressionar Soledade, a sua jovem amada:

Lúcio não se dissociava do problema humano do Marzagão. Sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador.

Reconciliava-se com a terra feracíssima, isenta de todos os obstáculos do trabalho: de nuvens de gafanhotos, tufões, geadas, secas, terremotos...

Mas só era rica a natureza.

Ele calculava como essa vitalidade poderia ser produtiva. E via a índole de progresso do latifúndio coartada pelos vícios de seu aproveitamento.

Quanta energia mal-empregada na desorientação dos processos agrícolas!

A falta de método acarretava uma precariedade responsável pelos apertos da população misérrima. A gleba inesgotável era aviltada por essa prostração econômica. A mediania do senhor rural e a ralé faminta.

Tinha a intuição dos reformadores; tentava assimilar os melhores estímulos da luta pela vida. Mas seu instinto de ação ainda era inutilizado pelas sentimentalidades emolientes. Visões exageradas deformavam-lhe o equilíbrio das relações imediatas. Noções confusas, projetos imprecisos resultavam na incapacidade de realizar, no desastre das tentativas. Goravam as concepções práticas.

Com o risco de se malquistar com o pai, ensaiava objetivar esse vago talento de iniciativas. Pleiteava uma aplicação mais vantajosa dessas forças malbaratadas.

Dagoberto era o pé-de-boi do engenho chinfrim. Desdenhava:

– Aquele grangazá só tem palanfrório. Não se pode dar um tipo mais lelé. Por ele eu já tinha me acabado.

Lúcio forcejava interessar o coração de Soledade na sua assistência aos moradores.

Entravam nas bibocas de gravata. E ela nauseava-se. O chão cheirava a urina velha e a boubá endêmica.

Santo Deus! os guris lázaros, embastidos de perebas, coçando as sarnas eternas. Sambudos, com as pernas de taquari, como uma laranja enfiada em dois palitos.

As cabecinhas grisalhas do lendeaço fediam a ovo podre. Mas não choravam, não sabiam chorar. [...]

Não havia choça paupérrima que não tivesse um cachorro gafo.

Era o sócio da fome.

Os pobres gozos herbívoros! Comiam capim, pastavam como carneiros.

A canzoada magérrima juntava-se no faro do cio e, mordendo-se, parecia que não tinha outros ossos para roer,

– Sique! sique! – estumava o dono da casa, com os dentes cerrados, baixinho.

Só pelo gosto de se levantar e gritar da porta:

– Ca...chorro! 'chorro!

E, num grande entono:

– Já se deitar!

Desse modo, descontava o servilismo irremissível. (ALMEIDA, 2004, p. 80-81)

Embora Lúcio tivesse uma necessidade de resolver a situação desprezível em que viviam os moradores de Marzagão, o seu intento carrega interesses para o seu próprio lucro pessoal com Soledade. Essa aprendizagem salienta o valor hereditário da condição econômica no sistema mundial do capitalismo moderno, haja vista que, de certa maneira,

com o passar do tempo o personagem reproduz posições de mandatário e senhor de engenho. Por outro lado, é evidente a diferença de sensibilidade entre Lúcio e Dagoberto, sobretudo no trato a Soledade.

Essa cena também indica que os trabalhadores viviam em condição análoga à escravidão, embalando a sua própria dor frente as adversidades socioeconômicas, dependendo, sobretudo, da beneficência da casa-grande, última a querer a transformação social para os trabalhadores: “Dagoberto era o pé-de-boi do engenho chinfrim. Desdenhava: – Aquele grangazá só tem palanfrório. Não se pode dar um tipo mais lelé. Por ele eu já tinha me acabado”.

Percebe-se, então, a diferença entre Lúcio e Dagoberto, sobretudo no trato a Soledade e aos moradores do engenho. A formação romântica do jovem fomentou o comportamento ingênuo perante a sua amada, em todas as cenas de “quase” realização amorosa. Além disso, o trabalho silencioso e oculto do pai diluiu as chances de Lúcio e Pirunga com a moça Soledade. Nesse ponto da análise, outra questão aparece definitivamente: a exploração do corpo feminino, do sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie.

Soledade, portanto, foi explorada sexualmente pelo senhor de Engenho do Marzagão que governava aquela realidade agrária, cuja peleja amorosa trava arduamente com seu próprio filho. “Tendo Soledade no vértice, o conflito amoroso de *A bagaceira* se arma pela superposição de três triângulos que situam em oposição Dagoberto X Lúcio, Dagoberto X Pirunga e Lúcio X Pirunga” (CASTRO, 2010, p. 87). Isso fica evidente quase no final da narrativa, pois o autor conseguiu elaborar esse conflito de forma magistral. “Colocar na camada mais perceptível do texto a relação Soledade-Lúcio-Pirunga é um recurso narrativo de múltiplo alcance” (CASTRO, 2010, p. 87-88).

A análise que Ângela Bezerra de Castro faz do triângulo amoroso envolvendo Soledade é uma posição crítica ao texto de Silviano Santiago *A bagaceira: fábula moralizante*<sup>4</sup>. Para ela,

---

<sup>4</sup> No capítulo IV do livro “Releitura de *A bagaceira*: uma aprendizagem de desaprender”, Ângela Bezerra de Castro analisa a leitura de Silviano Santiago no livro citado acima e aponta as incongruências da visão do crítico ao tratar sobre a liberdade amorosa no romance, incorporada na pessoa de Dagoberto Marçau, que se interessa por Soledade, a jovem retirante. Em certa altura do capítulo IV, Ângela questiona a concepção de liberdade adotada por Silviano: “Como admitir que a contrapartida de uma *grande liberdade* seja o desespero, a vergonha, o medo, a fuga e, por fim, a sujeição? Sem nenhuma dúvida, tem outro nome o que se está chamando de liberdade” (CASTRO, 2010, p. 87).

Enquanto romance de denúncia, *A bagaceira* não se restringe ao social, em sua feição apenas econômica. A este aspecto somam-se, interativamente, costumes, valores, preconceitos, tradições, etc., no propósito modernista de “descobrir o Brasil”. E nesse propósito todas as formas de violência se equiparam, são equivalentes todos os modos de *injustiça*. (CASTRO, 2010, p. 94)

No sistema-mundo colonial existe todas as formas de relações de poder, como se vê no romance de José Américo de Almeida, construídas a partir de experiências históricas fragmentadas, cuja totalidade explicita a lógica do controle de forma sistêmica: o trabalho e seus produtos, a natureza e os seus recursos de produção, o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie, a autoridade e os seus instrumentos, na visão de Quijano (2009).

Sob o prisma do controle, a jovem Soledade apenas tem valor sexual para o senhor de engenho, o qual desfrutou o seu corpo e rememorou, através dela, a sua falecida mulher, haja vista que ambas são muito parecidas e possuem certo grau de parentesco. A fantasia juvenil da retirante acentua-se à medida em que passa a ter uma relação com Dagoberto. Nesse diálogo com Lúcio, ela exclama: “Soledade enterneceu-se: – Filho, você...” (ALMEIDA, 2004, p. 93). No entanto, o seu parentesco enquanto madrasta jamais acontece, pois os interesses de Dagoberto são meramente individuais e momentâneos.

O prevalecimento da ilusão instiga os sentimentos da retirante, bem como a sua relação com Dagoberto. Ela acredita que será mulher e esposa do senhor de engenho, também a mãe (madrasta) de Lúcio: “Mas, como quer que lhe falasse em casamento: – Diga... Ela respondeu num tom de pilhéria amarga: – Isso é falando sério? Mas veja só!... Rematou de uma maneira quase repulsiva: – *‘Stá doido! Eu podia ser sua mãe...’*” (ALMEIDA, 2004, p. 111-112, grifo nosso). Do aspecto econômico para o aspecto sexual, o controle se torna característica de poder local nessas localidades agrárias, personificado na figura do mandatário: “Porque, se é do romance de José Américo de Almeida que estamos tratando, então o humano é escorraçado pela bagaceira, pela estrutura social violenta e injusta nela personificada” (CASTRO, 2010, p. 104-105).

Essa estrutura não se formula autonomamente, mas sim nas relações hierárquicas entre os grupos humanos, distintos na sua condição socioeconômica, como estabelece o sistema-mundo. Por isso, em *A bagaceira* permanece a malha consistente da colonialidade do poder, segundo Quijano:

Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. (QUIJANO, 2005, p. 135-136)

No engenho Marzagão, a disputa em torno do trabalho, da economia e do sexo marca a existência da miséria, do patriarcalismo e do sofrimento. Por outro lado, o controle define a autoridade dos senhores locais. Quando Soledade se torna objeto de luta entre os homens, sobretudo entre Lúcio e Dagoberto (a visão de mundo daquela sociedade também é patriarcal), um dos mandatários (o jovem ou o mais velho) tem êxito na conquista da retirante: “– Não, meu filho, ela não pode ser tua esposa porque... Eu profanei a memória de tua mãe, mas foi tua mãe, que amei nela...” (ALMEIDA, 2004, p. 115), exclama o senhor de engenho.

Logo em seguida, Lúcio se dirige até a casa de Soledade e lhe desfere ofensas terríveis: a visão machista do estudante culpa a moça com insinuações de toda natureza, sem refletir, de fato, que Dagoberto foi o principal responsável por desvirginar a retirante, criando nela uma sensação de pertencimento a Marzagão e ao senhor de engenho.

A história segue com a paixão entre Soledade e Dagoberto, com a ausência de Lúcio e o seu desaparecimento voluntário, com o anseio de vingança motivando Valentim e Pirunga. Pela sanha do jovem retirante, que jurou não matar quem manchou a reputação da sertaneja ao seu padrinho, o senhor de engenho perde a vida numa carreira desabalada: “Os vaqueiros erguiam-se nos estribos, procurando ver a parelha tresloucada. Atalhavam-na; [...] E ela desagarrava dessa direção: desandava, acelerada, ziquezagueando, na fuga mais desordenada. [...] Rastejavam na esteira de sangue e de suor” (ALMEIDA, 2004, p. 127).

Com a morte do velho senhor local, Lúcio, o herdeiro, regressa a Marzagão casado com a filha de um rico usineiro e coloca o seu sonho de progresso em prática. Ele desenvolve a implantação sofisticada do seu projeto capitalista na margem do sistema mundial, buscando mitigar o sofrimento daquele povo, mas também transformar a velha oligarquia para o novo poder rural, desenvolvido tecno-cientificamente. Com a visão empreendedora do herdeiro, o engenho apresenta a variedade tecnológica:

Só pelo nome se reconhecia o antigo Marzagão.

Em vez da monotonia da rotina, vibrava o barulho do progresso mecânico. O silvo das máquinas abafava o grito das cigarras.

Desaparecera o borrão das queimadas na verdura perene. A capoeira imprestável dera lugar à opulência dos campos cultivados – não com a cana tamanhinha, mas de touceiras que se inclinavam, como se estivessem nadando nos marroços da folhagem ondeada.

Não se viam mais as choças cobertas de palha seca que imprimiam ao sítio um tom de natureza morta. Casitas caídas exibiam nos telhados vermelhos a cor da lareira acesa da fartura.

O pomar dadivoso esgalhava rente à casa-grande; soprava perfumes de janela a dentro e parecia querer dar frutos na sala de jantar. Era o mercado aberto, a feira livre dos passarinhos e dos pobres.

Esse oásis representava um molde de prosperidade, um modelo de técnica agrícola, o núcleo eficiente contrastando com a organização primitiva. (ALMEIDA, 2004, p. 135-136)

O novo senhor de engenho conseguiu o feito de industrializar Marzagão e transformar a economia local com a produção em larga escala dos campos cultivados. A sua prosperidade corresponde ao trabalho massivo, com olhar futurista, que modernizou, sobretudo, as relações de trabalho e a propriedade: “Não se viam mais as choças cobertas de palha seca que imprimiam ao sítio um tom de natureza morta. Casitas caídas exibiam nos telhados vermelhos a cor da lareira acesa da fartura”.

Com o avanço tecno-científico, as lutas por melhorias de condições de trabalho foi uma tônica em todo mundo civilizado. No entanto a exploração do trabalho, condicionada pela eficiência do sistema mundo, acontece também de forma sofisticada, com a substituição do ser humano pelas máquinas. O domínio sobre a natureza evidencia a grande obra de Lúcio e a consolidação do pensamento eurocêntrico civilizatório. A exploração do trabalho, bem como da natureza continua sob a retórica desenvolvimentista, com o aprofundamento do capitalismo:

Aqui também tudo se faz para evitar que a crise ecológica se torne uma crise de crédito. A natureza é traduzida em linguagem mercantil. A Terra, embora não seja uma mercadoria, é tratada como se fosse. Cada vez mais se fala em *commodity ambiental*. Tudo deve ser transformado em dinheiro, lógica mercantil que, sabemos, abstrai-se do mundo na sua materialidade. (COSTA, 2006, p. 126)

Os problemas estruturais, que assolam a vida dos sertanejos, persistem a cada geração. Sob o comando de Lúcio, o engenho promove o agrupamento da mão de obra, fomentado pelas boas condições que existe em Marzagão: moradia, alimentos, escola etc.

Mas ao final da narrativa, reaparece Soledade com seu filho, o qual também é herdeiro daquela empresa magnífica, pois como filho de Dagoberto Marçau possui direito sobre aquelas terras e aquele rico patrimônio:

O ano de 1915 reproduzia os quadros lastimosos da seca.  
Eram os mesmos azares do êxodo. A mesma debandada patética.  
Lares dismantelados; os sertanejos desarraigados do seu sedentarismo.  
Passavam os retirantes dessorados, ocos de fome, cabisbaixos como quem vai contando os passos.  
Lúcio sentia gritar-lhe no sangue a solidariedade instintiva da raça.  
E organizou a assistência aos mais necessitados.  
Abeirou-se, certa vez, uma retirante com o ar de mistério. Trazia um rapazinho pela mão. E recusou a esmola com a fala quebrada:  
– Eu só queria saber de quem é este engenho...  
– Pois não sabe que é do dr. Lúcio?  
Ela empalideceu como se fosse possível ficar mais branca. E deixou caírem os molambos entroxados. Apresentou-se na casa-grande sem falar. E, sem nada perguntar, aguardava a resposta.  
Intrigado com esse silêncio, o senhor de engenho indagou:  
– Que deseja, mulher?  
– Eu por mim nada quero, mas este menino está morrendo de fome...  
– Pois vá dar de comer ao seu filho! Não precisava vir a mim  
– Ele tem seu sangue...  
Cada vez mais enleado, Lúcio não se acusava de um desses contatos fortuitos, de beijos avulsos que frutificam, do único pecado que deixa o remorso vivo.  
E não conteve a repulsa:  
– Mulher embusteira, se queres que eu te mate a fome...  
– O senhor faz isso porque não é seu filho!...  
– Pois, se não é meu filho, que quer que lhe faça?  
– Quero que dê o que é dele... Esmola eu pediria aos estranhos... (ALMEIDA, 2004, p. 140)

Os sofrimentos causados pela seca prosseguem na vida sertaneja: torna-se um eterno retorno sem solução, que reaparece de tempos em tempos. No trecho acima, é evidente o quadro terrível semelhante ao que está no início do romance, com dois tempos diferentes (1898-1915), evidenciando a força da natureza sobre os indivíduos, influência realista-naturalista em José Américo de Almeida: “O ano de 1915 reproduzia os quadros lastimosos da seca. Eram os mesmos azares do êxodo. A mesma debandada patética. Lares dismantelados; os sertanejos desarraigados do seu sedentarismo”.

Embora o autor comprove que essa questão fortalece a miséria e o sofrimento da massa sertaneja, são as ações políticas em favor de um grupo específico que limita a ascensão de justiça social para essa gente: “Passavam os retirantes dessorados, ocos de

fome, cabisbaixos como quem vai contando os passos”. Tais problemáticas reforçam a dialética da degradação tratada por Ângela Bezerra de Castro<sup>5</sup>, constituída “[...] de sua estrutura intrínseca e da relação entre essa estrutura e a realidade sócio-econômica em que está inserida a obra” (CASTRO, 2010, p. 115).

Neste sentido, é a política capitalista de exploração da massa trabalhadora (modernidade colonial) que se consolidou na margem infringindo a vida, privilegiando, antes de qualquer coisa, o lucro. Essa política de valores patriarcais apagou o brilho de *Soledade*, demonstrando que a mulher ocupa o papel de submissão e esquecimento na ordem hierárquica das relações humanas.

Ao mesmo tempo, sob a marcha da ascensão econômica, a ideologia política colonial definiu o controle do trabalho (os seus recursos e os seus produtos), o sexo (os seus produtos e a reprodução da espécie), a subjetividade (os seus produtos e sua identidade), obtendo êxito em extrair não somente a força de trabalho dos milhares de homens e mulheres (brejeiros/brejeiras X sertanejos/sertanejas) que viveram no engenho Marzagão, como também em impor o pensamento de serem “marginalizados” geograficamente/socialmente/subjetivamente (colonialidade do poder).

O movimento dialético de degradação caracteriza as relações de trabalho e a reificação da classe trabalhadora. Segundo a professora Ângela,

Para os brejeiros, a degradação se apresenta como um fato consumado. O trabalho alienante já os reduzira à condição de “coisas” ou de “bichos”, conforme se afiguram, insistentemente metaforizados pela narrativa. Para os sertanejos, este será o ponto final da trajetória que se vai cumprir, gradativamente, na convivência corrosiva da bagaceira. (ALMEIDA, 2010, p. 129)

Não se pode esquecer a análise de Quijano a respeito da classificação do indivíduo no processo de colonização da América, que transformou o interior das relações humanas. “Na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero” (QUIJANO, 2009, p. 101).

---

<sup>5</sup> No capítulo VI, intitulado *A Dialética da Degradação*, Ângela Bezerra de Castro utiliza a teoria de Lucien Goldman em *A Sociologia do Romance* para sustentar a sua análise crítica a respeito de *A bagaceira*. Segundo a professora, “Julgamos de fundamental importância considerar, neste romance de José Américo de Almeida, sua estrutura decisivamente antitética. São tantos os termos colocados em oposição que alguns participam de mais de um conjunto, compondo-se superposições de antíteses no processo narrativo” (CASTRO, 2010, p. 117).



Também não se pode esquecer que o controle do trabalho em *A bagaceira* é o moto contínuo da colonialidade do poder, cuja lógica se insere no exercício do poder local. Para Ângela de Castro (2010), esse exercício de poder é primeiro feudal (pela mentalidade atrasada de Dagoberto), mas depois se torna capitalista (pela mentalidade avançada/utópica de Lúcio).

Como a disputa e o controle do trabalho em Marzagão é uma tônica que persiste em toda a narrativa, o capitalismo (colonial/moderno) é o sistema (mundo) que dirige a percepção do pai e a utopia do filho. Lúcio parece “[...] incapaz de perceber a contradição inconciliável entre o AMOR À TERRA, a LIBERDADE, a SOLIDARIEDADE e sua utopia transformadora, firmada sobre o latifúndio e convertida na ideologia desenvolvimentista do capitalismo” (CASTRO, 2010, p. 143).

Em verdade, Lúcio não detém o poder de modificar toda a estrutura, sendo, por isso, engrenagem de alienação na sua maneira de conceber soluções aos problemas. Por isso, ele aparenta ser ingênuo. A incompreensão dos problemas sociais denota a vida burguesa, de homem poderoso, para a realidade circundante, que desde a mocidade consolidou a percepção de Lúcio e que, agora, define o seu caráter reformista:

Relanceou a vista pela paisagem do trabalho organizado. Só a terra era dócil e fiel. Só ela se afeiçoara ao seu sonho de bem-estar e de beleza. Só havia ordem nessa nova face da natureza educada por sua sensibilidade construtiva.  
E recolheu-se com um travo de criador desiludido:  
– Eu criei o meu mundo; mas nem Deus pôde fazer o homem à sua imagem e semelhança...  
(ALMEIDA, 2004, p. 142)

### **Considerações Finais**

Refletir uma obra tão importante da literatura brasileira, inauguradora de reflexões sobre o país, seja no aspecto humano seja na problemática da sociedade agrária regional, é um trabalho analítico bastante considerável, e, ao mesmo tempo, gratificante. Sem dúvida, as leituras teóricas enriquecem a percepção crítica e fomentam o espírito à compreensão dos elementos centrais da obra romanesca. Em *A bagaceira*, a malha do poder configurado pelo sistema-mundo da modernidade colonial define o controle do trabalho, do sexo, da subjetividade, do gênero, da autoridade, mantendo as forças produtivas do capitalismo em constante ebulição.

O engenho representa a permanência da colonialidade, como também a política de exploração sobre os nordestinos, identificados como brejeiros e retirantes. Essas identidades vivem na margem do sistema mundial do capitalismo moderno, segundo Mignolo (2003). Expandir a reflexão do romance para a ótica decolonial, reconhecendo sobretudo tais identidades, como ficou demonstrado na seção de análise literária, caracteriza o surgimento de outras histórias, outras culturas, outras formas de ver/estar no mundo, que são aviltadas pelos modos de exploração existentes nessa realidade agrária.

O panorama geral da análise literária, tratada nesse artigo, exemplifica que a política da modernidade colonial se iniciou com Dagoberto e consolidou-se, no final da narrativa, com o seu filho Lúcio. Entre o primeiro e o segundo mandatário da região houve algumas mudanças e melhorias para os trabalhadores/trabalhadoras, mas nada que impeça o sistema-mundo de reorganizar-se novamente, e, assim, sofisticar a exploração com outro *modus operandi*.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira: romance*. Introdução M. Cavalcanti Proença; ilustrações Poty. 39ª ed. com texto revisto da edição crítica. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CASTRO, Ângela Bezerra de. *Releitura de A bagaceira: Uma aprendizagem de desaprender*. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Cultura/Gráfica JB, 2010.

HAESBAERT Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p. 117-139.

*Recebido em 10/09/2021*

*Aceito em 13/03/2022*

---

<sup>i</sup> **Moisés Carlos de Amorim** é doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL). Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) também pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É professor da rede pública estadual na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC - MT), membro do grupo interdisciplinar de Estudo de Linguagem GIEL/CNPQ/IFSP, com foco e interesse em literatura e realidade social, mitos no imaginário poético, teorias decoloniais e pós-coloniais. **E-mail:** moisesarmorim@hotmail.com